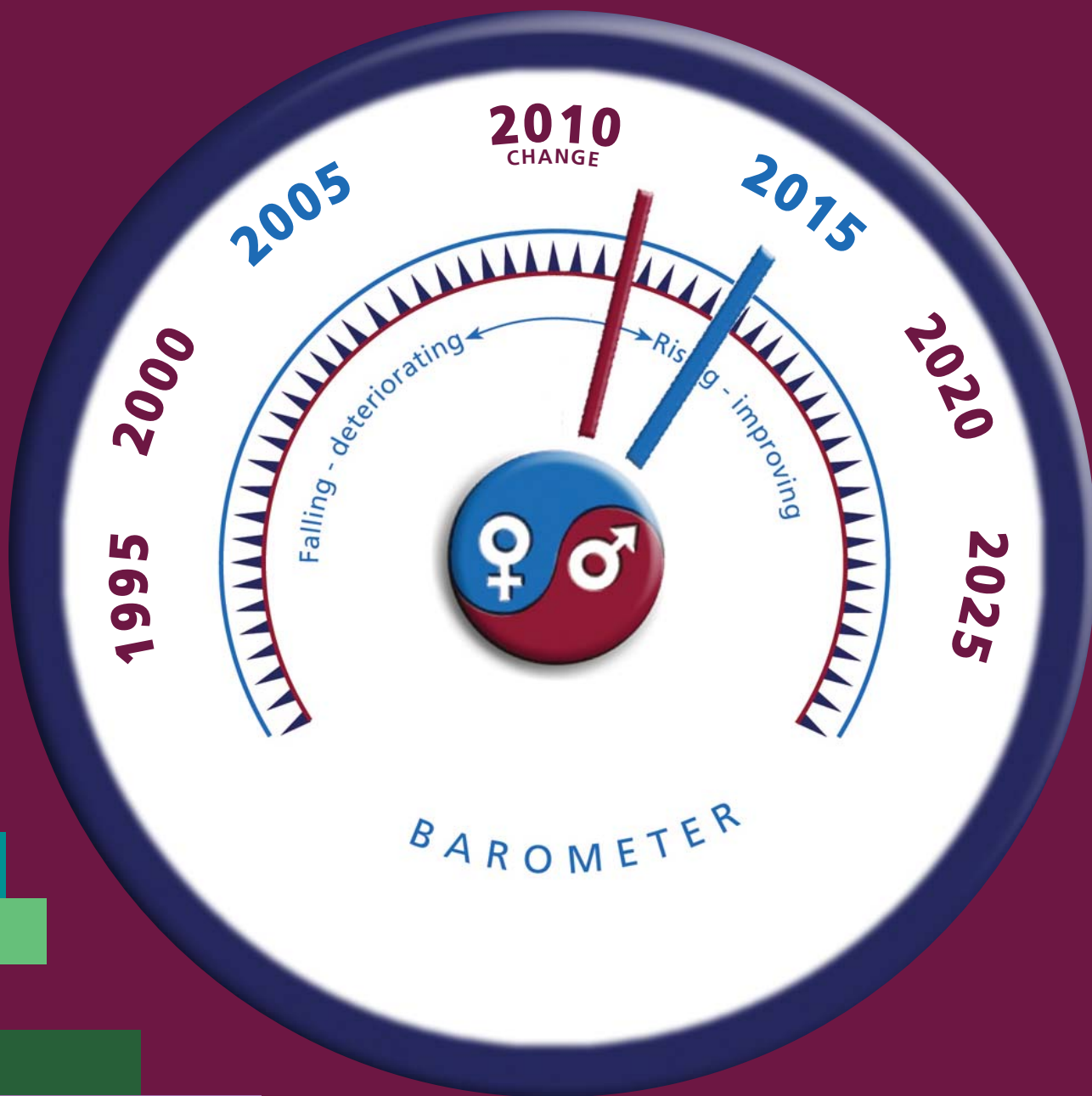


Extratos do

PROTOCOLO DE GÉNERO DA SADC **2012**

BARÓMETRO



Editado por Colleen Lowe Morna e
Loveness Jambaya Nyakujarah

SUMÁRIO EXECUTIVO



O poder da mulher invadiu a cena da África Austral de uma maneira visível em 2012. Primeiro, Joyce Banda inesperadamente assumiu o posto de primeira Presidente mulher do Malawi, e a primeira mulher Chefe de Estado da SADC, em Abril. Depois a antiga Ministra dos Assuntos Internos da África do Sul, Nkosozana Dlamini-Zuma, percorreu o seu caminho passando por várias barreiras para se tornar na primeira mulher a presidir a Comissão da União Africana depois de uma renhida batalha em Julho.



Esses desenvolvimentos deram uma mostra exterior do progresso, mas apenas These developments gave an outward show of progress, mas apenas disfarçou ao de leve a ansiedade crescente assim que o relógio clica mais alto na contagem decrescente para 2015. Para cada passo em frente, os activistas contaram um passo para trás na recolha de dados dos quinze países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que alimentou o relatório de visão geral (veja a tabela 1). Por exemplo na África do Sul, enquanto o Ministério da Mulher defendeu uma Lei para a Igualdade de Género que cobre muitas das principais disposições do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, a Lei da Autoridade Tradicional que dá poderes aos tribunais costumeiros fez com que os grupos de direitos das mulheres começassem acções de protesto.

No geral, O Índice de Género e Desenvolvimento da África Austral (SGDI) subiu em apenas dois pontos percentuais de 64% para 66%. Esta classificação é uma medida empírica do progresso em relação aos 23 indicadores para os quais foi possível obter os dados em todos os países. Esses cobrem seis dos dez sectores da SADC: governação, educação e formação, justiça económica, HIV e SIDA, Comunicação social, informação e comunicação.

As mulheres e homens na África Austral deram aos seus governos uma classificação de 57% - dois pontos percentuais acima em relação ao ano passado - usando o cartão de classificação do cidadão (CSC) que foi entregue a 2329 cidadãos: 1272 mulheres e 1068 homens.

Ao contrário do SGDI, o CSC é baseado nas percepções, e capta as nuances que não são incorporadas nos dados empíricos. Por exemplo, enquanto SGDI regista o nível de ingresso dos rapazes e raparigas, o CSC inclui aspectos qualitativos como a segurança nas escolas e o preconceito de género no currículo. O CSC cobre também os quatro sectores para os quais não há pontuação no SGDI porque são difíceis de medir - Direitos Constitucionais e legais, VBG, Construção da paz e implementação.

A Aliança do Protocolo do Género da África Austral - 15 redes nacionais e oito grupos temáticos que fizeram a campanha pelo Protocolo, a sua ratificação, e agora a sua impemetação - está se preparando para 2015: o prazo para as 28 metas do Protocolo do Género e o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio Três (Igualdade de Género). Ao longo do ano passado, o slogan da Aliança progrediu de *2015, sim podemos!* Para 2015, *sim devemos!*



O *Think Tank* ou grupo de trabalho da Aliança vai levar as principais constatações do Barómetro para a reunião paralela da sociedade civil na Cimeira dos Chefes de Estado da SADC em Maputo em August 2012. A principal mensagem para os líderes não apenas que o tempo est'a a se esgotar, mas também que existem novas prioridades e preocupações na agenda.



Logo que o Protocolo do Género da SADC entrou em vigor, com a África do Sul a se tornar no nono signatário (dando a maioria de dois terços dos 13 países que tinham assinado) a Aliança procurou passar o envelope com um novo acréscimo ao Protocolo. Ao loongo do ano passado, cresceu o ímpeto para uma Adenda ao Protocolo sobre Género e Mudanças Climáticas - um princípio aceite pelos ministros do género nas vésperas da COP 17 acolhida pela África do Sul no ano passado.

Um assunto muito próximo ao coração de moçambique, a Aliança tem como meta a Cimeira de Chefes de Estado da SADC de 2012 em Maputo para fazer um empurrão significativo, sob a liderança do ponto focal da rede de Moçambique - Fórum Mulher. Todo o comité coordenador vai se reunir em Joanesburgo nos meados de Agosto informar o Grupo de Trabalho e a delegação de Moçambique. A Aliança vai usar esta informação para planear a estratégia para 2012/2013, incluindo várias cimeiras nacionais e regional nos princípios do próximo ano sob o tema: *Contagem Decrescente para 2015!*

Tabela I: Sumário dos desafios e progressos ao longo do ano passado

Luz vermelha	Luz verde
Direitos Constitucionais e legais	
Contradições entre o direito consuetudenário e o direito legal abundam mesmo onde é proibido pela Constituição	<p>Novas Constituições da SADC prevê a promoção das mulheres e sete têm outras disposições relacionadas com a igualdade de género. O processo de revisão Constitucional está em curso ou vai começar em sete países da SADC.</p> <p>Os activistas no Zimbabwe e Zâmbia (que criaram o slogan "sem mulheres, não há Constituição") tem estado especialmente activos na exigência de Constituições sensíveis ao género, especialmente a remoção de cláusulas contraditórias que minam os direitos das mulheres.</p> <p>A Tanzânia é o último país a anunciar a Revisão Constitucional. As mulheres lá estão a se preparar para a acção nesta frente.</p>
Na África do Sul, a Lei dos Tribunais Tradicionais ameaça muitos desses potenciais ganhos.	A África do Sul tem um esboço de uma Lei de Igualdade de Género que consagra muitas das disposições do Protocolo do Género da SADC.
Existem muitas áreas difíceis da reforma legal não abordadas especificamente pelo Protocolo do Género da SADC. Essas incluem aborto, trabalho de sexo, estupro marital e assuntos das minorias sexuais. O facto de essas não estarem incluídas no Protocolo do Género da SADC demonstra o alto nível de contenção sobre esses assuntos.	<p>As Maurícias aprovou uma lei que permite o aborto em certas circunstâncias. Moçambique tornou ilegal a discriminação baseada na orientação sexual no local de trabalho.</p> <p>Os líderes no Malawi e nas Maurícias têm feito pronunciamentos progressivos sobre os direitos das LGBTI.</p>
Governança	
A representação das mulheres nas eleições no Lesoto no fim de Maio aumentou por apenas um por cento, de 25% para 26%. As eleições de 2012 representaram a última oportunidade para o Lesoto alcançar a paridade de género no Parlamento antes do prazo de 2015. Ironicamente, o Lesoto tem um sistema eleitoral misto ao nível nacional que poderia ter sido emendado para facilitar o aumento da representação das mulheres, como aconteceu ao nível local.	Na sequência da oposição às quotas do governo local que resultaram em 58% de mulheres nas eleições de 2006, o Lesoto emendou o seu sistema de quotas seguindo o modelo da Tanzânia. As mulheres e homens concorreram em pé de igualdade para os assentos do sistema de <i>First-Past-the-Post</i> (FPTP) com um acréscimo de 30% dos assentos que foram alocados numa base de Representação Proporcional (PR) nas eleições de Novembro de 2011. As mulheres constituem agora 49% de todos os membros das Assembléias Municipais no Lesoto; uma queda de nove pontos percentuais, mas perda da paridade de género e da mais alta representação de mulheres na SADC. O novo sistema também recebeu um apoio maior de todos os partidos políticos.
A RDC não revelou nenhuma melhoria desde as eleições de Novembro de 2011 uma vez que o nível de representação das mulheres no Parlamento, no geral, permaneceu o mesmo, em 8%.	No ano passado as Maurícias, um país com uma das mais baixas proporções de mulheres no governo local, aprovou quotas legislativas através de uma Emenda Constitucional de 2011 e uma Emenda Legis-lativa do Governo Local de 2011. Isto resultou na disposição legal de que pelo menos 30% dos candidatos para as eleições locais marcadas para 2012 sejam ou mulheres ou homens. Isto pode abrir o caminho para as Maurícias, que citou o Artigo 5 sobre Acção Afirmativa como a principal razão para não assinar o Protocolo, para o fazer agora.
A representação de mulheres no Parlamento da Zâmbia caiu de 15.2% para 11.5% nas eleições de Outubro de 2011. As mulheres ganharam apenas 6.1% dos assentos do governo local, uma queda de 1.2% em relação as eleições anteriores de 2006.	A análise do Barómetro mostra que ainda há dez eleições a serem realizadas antes de Junho de 2015, mas o tempo é limitado e esta é a sua última chance de alcançar as metas. A análise mostra que se os actuais processos de Revisão Constitucional forem bem sucedidos na consagração das quotas de género, a proporção das mulheres no Parlamento pode aumentar para 31% até 2015. Isto estará abaixo da meta de 50% mas uma melhoria substancial sobre os 22% da linha de base.
No geral, a proporção das mulheres no Parlamento caiu de 25% para 24% no ano em análise.	As projecções levadas a cabo pelo Barómetro mostram que se as actuais quotas e as que estão sendo propostas forem implementadas, isto pode aumentar para 35% até 2015.
A proporção das mulheres no governo local caiu por 1% - de 24% para 23%.	<p>Em Abril de 2012, a Unidade de Género da SADC realizou uma conferência sobre Mulheres na Política para desenvolver uma estratégia para a implementação do quadro de 50/50 ou Paridade de Género, elaborado logo após a assinatura do Protocolo do Género da SADC para fornecer um roteiro para o alcance das metas antes de de 2015.</p> <p>As exigências para a acção afirmativa em consonância com o Protocolo do Género da SADC aparecem de forma muito veemente em todos os países. Malawi, Namíbia, Zâmbia, África do Sul e Zimbabwe são alguns dos países onde os activistas de género estão a exigir quotas legislativas de 50/50 a nível nacional. A África do Sul e Namíbia desenvolveram esboços de lei de 50/50 para leigos para submeterem às respectivas comissões de revisão eleitoral.</p> <p>Há evidências encorajadoras de experiências entre os países da SADC. O Lesoto aprendeu da Tanzânia na emenda da sua lei do governo local. O Presidente do Zimbabwe e o Vice-Primeiro Ministro ambos referiram-se ao modelo da Tanzânia como a melhor solução para este país que se prepara para as eleições.</p>
Educação	
Angola e RDC continuam a ter muito baixas proporções de raparigas que rapazes no ensino primário e secundário.	Em 12 países da SADC, existe agora quase igual número de rapazes e raparigas no ensino primário e secundário. O Lesoto é o único país na região que tem mais raparigas que rapazes no ensino primário.

Luz vermelha	Luz verde
<p>As disparidades de género a favor dos homens continuam aparentes no ensino superior, administração escolar e governação.</p>	<p>Sete países da SADC tem agora altas proporções de mulheres que homens ao nível superior. O Zimbabwe emprega medidas especiais para aumentar o ingresso de mulheres nas instituições de ensino superior, nas instituições de formação de professores, institutos politécnicos e vocacionais. A meta do governo para as mulheres no ensino superior é de 50% até 2015. O ingresso de mulheres nos institutos de formação de professores já alcançou 50%. Porém, ainda é apenas um pouco acima de 30% nos institutos politécnicos e vocacionais e de ensino superior.*</p>
<p>Os estereótipos de género continuam a abundar nas estruturas de tomada de decisão na educação na SADC; no currículo e nos materiais de ensino, e nas escolhas dos sujeitos.</p>	<p>A iniciativa do Centro de Excelência do Fórum das Mulheres Educadoras Africanas - Capitulo de Madagascar (FAWE) é uma escola onde o género é integrado no currículo académico, programas de educação social e física.</p>
<p>A razão da queda do desempenho dos rapazes nas escolas precisa de ser investigada.</p>	<p>Em todos, menos em dois casos, no ensino primário no Malawi e no secundário em Moçambique (onde as raparigas e rapazes estão virtualmente igualadas) as raparigas tem melhor desempenho que os rapazes na região da SADC.</p>
<p>A violência de género nas escolas continua um grande desafio. As leis e políticas não abordam adequadamente este assunto.</p>	
<p>Os objectivos da igualdade de género aparecem de forma crescente nas declarações dos orçamentos da educação.</p>	<p>Essas referências são esporádicas e selectivas. Existe muito pouca correlação entre essas referências e as disparidades que precisam de ser abordadas, por exemplo as disparidades ao nível superior.</p>
Justiça económica	
<p>A proporção das mulheres na tomada de decisões económicas aumentou por 1%, de 24% em 2011. Para 25% em 2012.</p>	<p>Há ganhos qualitativos, seis mulheres Vice-Ministras das Finanças, constituindo 40% deste grupo em toda a região. Botsuana, Lesoto e África do Sul têm agora mulheres governadoras dos Bancos Centrais.</p>
<p>No prefácio do relatório do Censo da Associação das Mulheres Empresárias da África do Sul (BWA) de 2012, a Presidente da associação, Konyalala Maphisa, referiu que ao nível dos conselhos de administração não será possível alcançar a paridade até 2031 (a meta inicial); o relatório mudou a meta para 2039.</p>	<p>O Protocolo do Género da SADC está sendo usado para marcar a referência do progresso no sector privado na África do Sul, centro económico da SADC. Esta é uma boa prática que devia ser replicada nos outros países da região.</p>
<p>As políticas de comércio são maioritariamente cegas quanto ao género. Apenas algumas poucas políticas de <i>procurement</i> fazem referência específica às mulheres. As mulheres continuam a predominar no sector informal. Elas constituem a maioria dos desempregados em todos os países da SADC.</p>	<p>O Protocolo do Género está sendo usado para fazer uma análise da nova política económica da África do Sul - o Novo Caminho de Crescimento.</p>
<p>As mulheres continuam a batalhar para ter acesso ao crédito. Um estudo no Zimbabwe mostrou que 65.7% das mulheres pesquisadas indicaram que têm "se sentido discriminadas pelos funcionários dos bancos." Três em cada 10 mulheres que se sentiram discriminadas citaram a falta de garantias como a principal razão para não receberem o crédito.</p>	<p>Muitos países da SADC têm agora programas, de uma ou de outra maneira, para apoiar as mulheres no acesso ao crédito. Um exemplo é o regime de empréstimo de reforço nas Maurícias. Isto convida uma variedade de mulheres que têm negócios registados e têm projectos viáveis para pedir esses empréstimos.</p>
<p>Os dados sobre a propriedade da terra continuam irregulares, mas variam de 11% a 46% (no Botsuana). Uma análise do género dos projectos da agricultura no Botsuana mostram que as mulheres constituem as maiores beneficiárias.</p>	<p>A visão 2030 da África do Sul diz que as mulheres deviam ter acesso a pelo menos 50% dos recursos produtivos, emprego e empoderamento económico. A visão acrescenta que pelo menos 50% das mulheres deviam aceder às oportunidades de comércio e <i>procurement</i>; deter a propriedade da terra e ter recursos para trabalhar a terra, bem como estar no emprego assalariado. A Zâmbia está a implementar a política de 30% da terra para as mulheres; isto é evidente nos 20 Centros de Excelência para a Integração do Género no Governo Local com os quais a GL está a trabalhar.</p>
<p>Todos os países da SADC têm licença de maternidade.</p>	<p>Apenas 40% dos países da SADC tem licença de paternidade.</p>
<p>As iniciativas de orçamentos sensíveis ao género abundam, mas muitas vezes têm falta de estratégia e aplicação na alocação de recursos.</p>	<p>O Ministério das Finanças de Moçambique estabeleceu marcas de referência através das quais os sectores podem especificar as despesas por género no orçamento de recursos humanos e investimentos, mas apenas os sectores da educação, saúde e assistência social têm feito progressos na integração do género nos seus orçamentos.</p> <p>Uma circular principal orienta os ministérios do governo do Zimbabwe a usar o GRB para desenvolver os orçamentos anuais dos sectores na preparação do orçamento nacional. A Rede e Centro de Recursos das Mulheres do Zimbabwe começou uma iniciativa de GRB ao nível do governo local em seis distritos pilotos: Bulawayo, Gweru, Kadoma, Kwekwe, Masvingo and Mutoko.</p>
Violência de género	
<p>A violência de género continua o único principal impedimento para o alcance da igualdade de género na SADC. Muitos casos da violência de género passam sem serem reportados e um grande número deles são retirados.</p>	<p>Inspirado nas metas do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento de reduzir a violência baseada no género pela metade até 2015, a Gender Links em parceria com parceiros governamentais e da sociedade civil local realizou uma pesquisa para estabelecer a linha de base da extensão, motivadores, efeitos, resposta e prevenção da VBG no Botsuana, Maurícias e províncias Sul Africanas de Gauteng, Cabo Ocidental e Kwazulu Natal.</p>
<p>A pesquisa dos indicadores da VBG mostrou que 67% das mulheres no Botsuana; 51% das mulheres em Gauteng; 45% das mulheres no Cabo Ocidental; 36%</p>	<p>Onze países da SADC tem agora Planos de Acção Nacionais dos 365 Dias (NAPS) para Acabar com a Violência de Género. Quatro países da SADC -</p>

* Relatório consolidado da República do Zimbabwe e termos da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), 2009.

Luz vermelha	Luz verde
das mulheres no Kwazulu Natal e 24% das mulheres nas Maurícias já sofreram alguma forma de violência ao longo das suas vidas.	Botsuana, Madagascar, Swazilândia e Zimbabwe tem esboços dos NAPS. Os NAPs estão em diferentes estágios de implementação. As Maurícias reportam que já implementaram 92% do Plano de Acção Nacional para Acabar com a Violência Doméstica até 2011. Moçambique reporta que alcançou 85% do plano. Há uma necessidade de se estabelecer o impacto desses planos - se eles estão a resultar na redução da VBG.
A RDC não tem leis específicas ou políticas sobre violência doméstica. Três países da SADC, Angola, Seychelles e Zimbabwe, não têm leis sobre violação sexual.	Com poucas excepções, existe uma legislação compreensiva na maioria dos países da SADC cobrindo a violência doméstica e ou ofensas sexuais.
De acordo com a UNAIDS, as mulheres que já sofreram a violência tem três vezes mais probabilidade de serem infectadas pelo HIV que aquelas que nunca sofreram violência.	A África do Sul é o único país que tem disposições específicas para a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) na lei.
Cinco países da SADC, Angola, Botsuana, Namibia, Seychelles e Zimbabwe, não têm leis específicas sobre tráfico humano.	Oito países da SADC têm legislação para prevenir o tráfico de seres humanos. A África do Sul tem uma Lei de Tráfico de Seres Humanos enquanto o Malawi está em processo de desenvolver uma.
Angola não tem nenhuma legislação sobre assédio sexual.	Em 13 países da SADC o assédio sexual é abordado na legislação sobre VBG. No ano passado, a África do Sul aprovou legislação específica para abordar o assédio sexual.
A campanha dos Dezeses Dias de Activismo e outras actividades de consciatização continuam a ganhar impulso na região da SADC. Em 2011, os órgãos de comunicação social dos Centros de Excelência na Integração do Género na Comunicação Social trabalharam em conjunto com as suas contrapartes ao nível do Governo Local para dar visibilidade às iniciativas ao nível local.	A pesquisa dos indicadores da VBG na África do Sul, Botsuana e Maurícias constatou que menos da metade das mulheres em todos os locais, menos África do Sul estavam a par da campanha dos Dezeses Dias de Activismo. Os políticos também não abordam adequadamente a VBG nos seus discursos públicos. Do total dos discursos públicos feitos por líderes políticos, apenas 5% dos discursos na África do Sul, 9% dos discursos nas Maurícias e 15% dos discursos no Botsuana mencionaram a VBG. Muitos desses discursos não tinham profundidade e geralmente tratavam da VBG de passagem.
Saúde	
O uso de contraceptivos entre as mulheres continua muito baixo em muitos países, por exemplo 6.2% em Angola.	As indicações mostram uma tendência ascendente no uso de contraceptivos modernos, por exemplo 76% nas Maurícias.
A taxa de mortalidade materna é de 1140 por 100 000 no Malawi (a segunda maior taxa em África, depois da Libéria).	As Maurícias tem a mais baixa taxa de mortalidade na região com apenas 28 mortes por cada 100 000.
O HIV é o maior contribuinte para as altas taxas de mortalidade materna. As estimativas indicam que as taxas de mortalidade e morbidade entre as mulheres seropositivas são duas vezes mais que entre as mulheres HIV negativas.	
Em sete dos 15 países, menos de 60% dos nascimentos são atendidos por pessoal qualificado	
A cobertura sanitária em Moçambique é de apenas 5%; o governo está a priorizar o saneamento para as zonas rurais e assentamentos informais.	A cobertura sanitária é 100% nas zonas urbanas e rurais nas Seychelles.
HIV e SIDA	
Actualmente 34% de todas as pessoas vivendo com HIV e SIDA no mundo vivem na região da SADC. Em 13 dos 15 países da SADC, as mulheres tem maior prevalência do HIV que os homens.	A prevalência do HIV tem estado a estabilizar ou começou a decrescer em todos os países da SADC. Há evidências de que as campanhas de prevenção começam a mudar o padrão de comportamento sexual, o que leva a redução do HIV e SIDA. No Botsuana, Namibia, África do Sul, Swazilândia e Zimbabwe os antiretrovirais para a prevenção da transmissão do HIV da mãe para o filho foi distribuído para mais de 80% das mães seropositivas no ano passado.
A pesar de serem as mais afectadas e infectadas pelo HIV, as mulheres sabem menos sobre o HIV que os homens em 12 países da SADC, e sabem mais em apenas três países.	O conhecimento do HIV e SIDA é o indicador que melhorou mais dos 23 que constituem o SGDI, comparado com os dados do ano passado.
As disparidades de género continuam a ser o maior vector da epidemia na região.	Existem evidências de que as campanhas de prevenção estão a começar a mudar o padrão de comportamento sexual o que leva a redução da incidência do HIV e SIDA.
Em seis dos 15 países da SADC, menos de 50% das pessoas vivendo com HIV e SIDA (PLWHA) estão recebendo antiretrovirais.	VSO-RAISA, que agora lidera o grupo de trabalho de cuidados na Aliança do Protocolo do Género da África Austral, está a advogar por políticas distintas sobre o trabalho de cuidados, em consonância com o Protocolo do Género da SADC. As mortes relacionadas com o SIDA diminuíram 20% desde 2004, provavelmente devido a expansão da terapia antiretroviral (TARV).
Paz e segurança	
As mulheres continuam a ser as menos representadas nos sectores de paz e segurança da região. Essas estatísticas continuam em volta de secretismo e geralmente não estão desagregadas por sexo.	Com 26% de mulheres nas forças de defesa, 31% na força policial e 54% despachadas como força de manutenção da paz, a Namíbia está a mostrar o caminho para a representação do género no sector da segurança. O Lesoto ostenta o maior número de mulheres oficiais da polícia, com 31% delas em posições seniores.

Luz vermelha	Luz verde
O género não aparece destacado no Órgão de Segurança do Secretariado da SADC, entretanto este tem uma grande influência nas decisões sobre segurança humana na sub-região.	A Unidade de Género da SADC e o Órgão de Segurança da SADC, trabalhando com o Instituto de Estudos de Segurança (ISS) como líder do grupo temático sobre Género, Paz e Segurança da Aliança do Protocolo da África Austral, desenvolveu um Quadro para a Integração do Género no Órgão de Segurança da SADC e uma Estratégia para o Combate da Violência Sexual e Baseada no Género em Situações de Conflictos e Pós-Conflicto.
Comunicação social	
As leis e políticas da comunicação social tem disposições de género fracas. Há mais mulheres que homens nos estudos da comunicação, mas mais homens que mulheres docentes. As mulheres constituem 41% dos trabalhadores da comunicação social (32% se a África do Sul for excluída) mas menos que um quarto dos gestores e apenas um punhado de membros dos conselhos de administração e executivos superiores.	Sete reguladores da comunicação social (até seis no ano passado) estão a liderar o caminho no desenvolvimento de códigos de prática de género e comunicação social. A GL está a trabalhar com 109 Centros de Excelência de Género e Comunicação Social (COEs) em 13 países da SADC. A formação de jornalistas no local de trabalho está estruturada em torno das áreas temáticas do Protocolo.
O Género não apareceu de forma veemente nos debates sobre o acesso a informação em torno das celebrações do Windhoek + 20 em 2011.	O Centro de Género e Comunicação Social e Diversidade fez uma campanha por disposições de género mais vigorosas na Plataforma Africana sobre o Acesso a Informação (APAI) de 2011, com um pouco menos da metade das sugestões incorporadas. Os debates elevaram a consciência entre os cidadãos sobre o género, liberdade de expressão e acesso à informação.
Uma monitoria adicional realizada em 30 redacções em Julho de 2011 revelou que a proporção das mulheres fontes de notícias na comunicação social continua em 19%, a mesma constatação do estudo de Progresso do Género e Comunicação Social (GMPS).	No ano passado, a GL elaborou um instrumento de auto-monitoria para ajudar os órgãos de comunicação a avaliar o seu progresso no sentido de alcançar as metas do Protocolo da SADC de igualdade de género na e através da comunicação social.
Implementação	
Botsuana e Maurícias ainda não assinaram o Protocolo.	13 dos 15 países assinaram o Protocolo do Género da SADC. O capítulo da Aliança liderado pelo Congresso das ONGs do Botsuana (BOCONGO) desenvolveu uma estratégia e montou uma campanha para a assinatura do Protocolo no Botsuana.
Zâmbia, Madagascar, Malawi e Swazilândia ainda precisam de ratificar o Protocolo. A maioria das Políticas de Género e Planos de Acção são de vários anos atrás; não foram alinhados com as metas do Protocolo nem a sua implementação foi orçamentada.	A África do Sul tornou-se no nono país a ratificar o Protocolo; isto permitiu que o Protocolo entrasse em vigor, uma vez que dois terços dos signatários ratificaram. As Seychelles e Namíbia actualizaram e alinharam os seus planos de acção do género com o Protocolo do Género da SADC e estão a elaborar os custos da sua implementação. A Zâmbia e Swazilândia acabaram de embarcar neste processo. Quatro outros países - Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique manifestaram interesse em seguir o exemplo. Os 151 Centros de Excelência do Género e Governo Local desenvolveram planos de acção alinhados com as metas do Protocolo do Género da SADC. A Cimeira de Justiça de Género e Governo Local de 2012 rendeu 474 estudos de caso do Protocolo em acção ao nível local.
A Aliança do Protocolo é uma coligação dos dispostos - isto descentraliza a responsabilidade mas pode resultar no enfraquecimento da corrente.	Ao longo do ano passado a Aliança procurou organizar-se melhor. Na sequência das consultas sobre a organização institucional, a GL como coordenadora da rede assinou mais Memorandos de Entendimento (MOU) com parceiros - 8 MOUs com sectores e 14 MOUs com países. Na sequência da reunião anual da Aliança de 2011, o comité coordenador elegeu um <i>Think Tank</i> que vai apoiar o Secretariado com as tarefas do dia a dia do protocolo do Género da SADC - veja http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-thematic-clusters
Há uma necessidade de intensificar a dinâmica na liderança em direcção a 2015.	A conscientização do Protocolo do Género da SADC aumentou de 46% em 2010 para 54% em 2012 conforme aferido pelo teste de conhecimento administrado em toda a região da SADC. Os cidadãos tem mais conhecimento sobre quais os governos que assinaram e a meta de 50/50 até 2015 na tomada de decisão. As reuniões comunitárias e as cimeiras de contagem decrescente para 2015 planeadas ao nível dos países e regional para o próximo ano, vão ajudar a intensificar a pressão.
Novas áreas: Mudanças climáticas	
O quadro das políticas sobre as mudanças climáticas são muito cegas em relação ao género.	Climáticas, com um forte empurrão vindo dos membros da Aliança de Moçambique. Os ministros de coordenação das questões de género aceitaram o princípio de uma agenda nas vésperas da COP 17 em November 2011. A Aliança recolheu centenas de assinaturas através de uma petição online que será apresentada durante a Cimeira dos Chefes de Estado em Maputo em Agosto de 2012.
Dados de base obtidos este ano mostram que as mulheres constituem apenas 21% dos funcionários dos ministérios dos assuntos ambientais e desenvolvimento sustentável.	As mulheres constituem 50% dos ministros, e 33% dos Vice-Ministros do ambiente e desenvolvimento sustentável

O que há de novo em 2012?

Várias novas características no Barómetro do Protocolo da SADC incluem:

- **Capítulo 11 sobre Género e Mudanças Climáticas:** Embora a Adenda ainda não foi adoptada, os activistas acreditam que é necessário medir o progresso em relação ao esboço das disposições que foram aceites em princípio pelos ministros do género.
- **Análise do orçamento:** Cada sector contém exemplos da análise realizada nos relatórios dos países sobre como os recursos são alocados, ou deveriam ser alocados, para abordar as disparidades de género nesses sectores. Este detalhe nos relatórios dos países é uma contribuição importante no alinhamento dos planos de acção do género para as metas do protocolo, e orçamentação da sua implementação.
- **Análise comparativa das classificações:** O Barómetro de 2012 faz o acompanhamento das pontuações do SGDI e CSC ao longo do tempo: no geral, por país e por sector.
- **Análise desagregadas por género das pontuações do cidadão, conhecimento e atitudes:** Todos os principais instrumentos utilizados pela Aliança para medir o progresso foram desagregados por género, para determinar se existem diferenças na forma como as mulheres e homens olham para esses assuntos.



Todos os países apelam para as mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.
Foto: Saeanna Chingamuka

Principais desafios

- **As atitudes patriarcais continuam a abundar:** Muito poucas mudanças de destaque na liderança feminina fazem pouco para diminuir as atitudes patriarcais subjacentes, reflectidas nos chocantes altos níveis de violência de género revelados pelas recentes pesquisas de prevalência; estereótipos de género nas escolas; o local de trabalho e comunicação social; bem como as estruturas de tomada de decisão predominantemente masculinas em todas as áreas. A

lei costumeira contraria as disposições Constitucionais com poucas ramificações em muitos países.

- **Retrocesso nas eleições:** Com poucas excepções, o último conjunto de eleições tem sido frustrante: a queda da representação de mulheres nos níveis nacional e local na Zâmbia no ano passado; a persistente baixa representação de mulheres na RDC, e o aumento marginal da representação de mulheres nas eleições nacionais no Lesoto em Maio de 2012.
- **A economia continua uma reserva masculina:** As mulheres ainda não tem acesso a tomada de decisões económicas (26%), terra, crédito e outros meios de produção. Elas constituem a maioria dos pobres; dos desempregados; dos sem posses e daqueles que trabalham no sector informal.
- **As mulheres não têm palavra nas decisões que afectam as suas vidas:** Seja na quarto ou na sala de reuniões, as mulheres são efectivamente sem voz, com pouco a dizer por exemplo, no uso dos preservativos masculinos tão essenciais para a prevenção do HIV e SIDA. A falta de voz das mulheres reflecte-se na comunicação social, onde a proporção das fontes femininas continua subordinadamente em 19% do total.
- **O HIV e SIDA continua a ameaçar os ganhos que tem sido feitos:** As mulheres mais jovens continua a ser a maioria daqueles novos infectados pelo HIV e SIDA bem como as que carregam o fardo de cuidar das Pessoas Vivendo com o HIV.
- **A violência de género continua o indicador mais revelador da falta de direitos das mulheres:** Eas evidência que emergem das pesquisas de prevalência nos três distintos países - África do SUI, Maurícias e Botsuana - mostra que uma em três mulheres, se não mais, já sofreram de violência de género nas suas vidas, geralmente várias vezes, e várias formas de violência.

Principais sucessos

- **A educação continua a estrela brilhante da região da SADC:** A paridade de género está a ser rapidamente alcançada em todos os níveis. A divisão trabalho por género nas áreas de formação está lentamente a mudar, e isto vai eventualmente resultar numa mudança na divisão do trabalho por género na força de trabalho.
- **Levar vantagem sobre as Revisões Constitucionais:** Um dos principais sucessos da Aliança ao longo do ano passado foi levar o género para a agenda da revisão Constitucional em vários países, notavelmente no Zimbábwe e Zâmbia. Os activistas estão especialmente a lutar pela remoção das cláusulas que criam retrocessos e as garantias Constitucionais da igualdade do género.
- **As campanhas de 50/50:** Desde o relançamento da campanha de 50/50 em Agosto do ano passado, os activistas perceberam que a maneira de se alcançar a representação igual de mulheres e participação na tomada de decisão é através das disposições Constitucionais e legais. A emenda da Constituição das Maurícias e a lei eleitoral do governo local para permitir



Já basta: marcha dos Dezesesseis Dias em Nata, Botsuana.

Foto: Vincent Galathwe

quotas é um avanço estratégico para as Ilhas e para a região. As projecções detalhadas no Barómetro mostram que se fôr rigorosamente implementado, essas mudanças podem elevar a representação das mulheres para mais de 30% nas restantes doze eleições ao nível local e nacional até 2015.

- **Surgimento de evidências de mudança de atitude e comportamento:** TA pesquisa de atitudes administrada para quase 8000 mulheres e homens na região mostra que, pelo menos retoricamente, os cidadãos subscrevem aos principais princípios da igualdade de género. Existem agora algumas evidências de mudança de comportamento que levam a baixos níveis de HIV e SIDA. A campanha de trabalho de cuidados elevou a consciência sobre o trabalho não remunerado das mulheres.
- **Um melhor entendimento e uma abordagem mais integrada da VBG:** A pesquisa de atitude e prevalência feita nos três países (África do Sul, Botsuana e Maurícias) estabeleceu a disparidade entre os dados da polícia e os verdadeiros da VBG. O estudo mostrou também que os níveis mais altos da violência - psicológica e económica - são os menos reportados. Tensas constatações aceleraram a campanha para as pesquisas de rotina desta natureza para fortalecer Os Planos de Acção Nacionais para Acabar com a Violência de Género. O Zimbabwe é o último país a embarcar na pesquisa dos indicadores da VBG.
- **Foco na implementação:** Agora que o Protocolo foi ratificado, o foco mudou rapidamente para a implementação. A Unidade de Género da SADC, as redes nacionais pontos focais da Aliança, e a Gender Links como coordenadora da Aliança tem trabalhado com sete países ao longo de dois anos para alinhar os seus planos de acção com o Protocolo do Género da SADC e indicar o custo da sua implementação. Isto é orçamentação de género em acção!
- **Mudar da base para o topo:** o governo local em toda a região juntou-se a campanha do Protocolo do Género da SADC. 150 municípios tornaram-se Centros

de Excelência (COEs) para a Integração do Género, e outros 150 se preparam para integrar este processo. Os COEs elabora planos de acção do género alinhados ao Protocolo do Género da SADC e mobilizam as comunidades para a sua implementação.

- **O Protocolo em acção:** Nada sucede como sucesso! Os números brutos nem sempre captam as qualidades de mobilização e de inspiração do Protocolo. Este Barómetro marca o centésimo da série do Protocolo em acção, com um número total de estudos de caso atingindo exactamente 100 (veja a tabela 2). A evidência mostra que do nível comunitário, ao nacional e ao regional, os parceiros estão fazendo uso deste instrumento sub-regional único, para exigir mudança.

Tabela II: O Protocolo em acção - atingindo a marca de 100!

Barómetro	2010	2011	2012	TOTAL
Direitos Constitucionais e legais	2	4	2	8
Governança	1	5	7	13
Educação	0	4	5	9
Economia, recursos produtivos e emprego	2	7	2	11
Violência baseada no Género				
Saúde	4	7	1	12
HIV e SIDA	0	1	3	4
Construção da Paz e resolução de conflitos	1	3	2	6
Comunicação social, Informação e comunicação	1	4	3	8
comunicação	5	4	7	16
Implementação	3	3	7	13
TOTAL	19	42	39	100

Principais prioridades

"Uma mudança de mentalidade radical. Isto é o que precisamos para mudar a marcha lenta, mudanças incrementais nos números de mulheres nos níveis executivos para um aumento dramático na forma como percebemos, promovemos e protegemos as mulheres..."
Kunyala Maphisa, Presidente da Associação das Mulheres Empresárias da África do Sul, no seu prefácio para a pesquisa anual das mulheres no sector privado em relação as disposições do Protocolo do Género da SADC.



<http://www.google.co.za>

Energias renovadas para o próximo ano são necessárias:

- Garantir que todos os países assinem e ratifiquem o Protocolo.
- Fazer uso das oportunidades estratégicas como as Revisões Constitucionais para domesticar o Protocolo.
- Elevar a consciência do Protocolo e as suas disposições ao nível comunitário.
- Garantir que todos os governos e autoridades locais incorporem as metas do Protocolo nos seus planos de acção e orçamenta a sua implementação.
- Fazer campanha pela Adenda sobre o Género e Mudanças Climáticas.
- Fortalecer a Aliança, do nível local ao nível nacional e ao nível regional, na última contagem decrescente para 2015.

MARCOS DO PROTOCOLO DO GÉNERO DA SADC



Membros da aliança do Protocolo do gênero.

Foto: Gender Links

- **2005:** Auditoria das realizações em relação à Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento leva a elaboração de um documento - "Racional para a Elevação da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento para um Protocolo" - o instrumento legal mais vinculativo da SADC. Organizações da sociedade civil pela Aliança do Protocolo do Género da África Austral.
- **2005-2008:** Membros da Aliança formam parte da Equipa de Trabalho constituída pela Unidade de Género da SADC para esboçar notas para a equipa legal, comentar e examinar sete esboços do Protocolo antes da apresentação final aos Chefes de Estado.
- **Agosto 2008:** 13 dos 15 Chefes de Estado assinam o Protocolo do Género da SADC, o único instrumento sub-regional que junta e melhora os compromissos para a igualdade de género já existentes, através de 28 metas com tempo limitado e alinhados com os prazos do ODM 3. Membros da Aliança lançam uma campanha para fazer com que as Maurícias e Botsuana assinassem.
- **Agosto 2009:** A Aliança lança o Barómetro de Base do Protocolo do Género da SADC - um instrumento chave de acompanhamento que avalia o progresso dos 15 países em relação às 28 metas do Protocolo - <http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-research>.
- **Agosto 2009:** A Aliança lança o "Roteiro para a Igualdade" - estratégias e lições aprendidas na campanha; principais disposições do Protocolo em 23 línguas; spots de rádio; um DVD; teste de conhecimento e atitude; reuniões de nível comunitário para popularizar o Protocolo, que até então atingiram diretamente mais de 15,000 cidadãos e outros tantos milhares indirectamente.
- **2009/2010:** A Aliança elabora um Cartão de Classificação do Cidadão que é usado para medir as percepções dos cidadãos do progresso do governo, e é administrado nas reuniões comunitárias.
- **Agosto 2010:** Barómetro de Progresso e reunião anual da Aliança. A Aliança fica melhor organizada por países

e grupos temáticos, cada grupo liderando um assunto-chave, por exemplo Violência Baseada no Género, Justiça Económica.

- **Agosto 2011:** O Protocolo do Género da SADC entra em vigor com a África do Sul a se tornar no nono país a ratificar o Protocolo, dando os dois terços exigidos. Com os dados de 15 países sobre 23 indicadores, o Barómetro de 2011 introduz o Índice de Género e Desenvolvimento da SADC - veja <http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-sgdi>. A Aliança forma o corpo de reflexão que orienta o trabalho da Aliança entre as reuniões anuais.
- **2011/2012:** As redes da Aliança nos países identificam os defensores para as 28 metas do Protocolo, começam a recolher estudos de caso do Protocolo em exercício - veja <http://www.genderlinks.org.za/page/protocol-work>.
- **Setembro 2011:** A Aliança colabora com a Unidade de Género da SADC sobre um instrumento e processo para alinhar os planos de acção nacionais com as metas do Protocolo do Género da SADC, e calcular o custo da sua implementação. A Namíbia testa este processo - veja <http://www.genderlinks.org.za/page/implementation>.
- **Novembro 2011:** Pressão intensa por uma Adenda ao Protocolo sobre Género e Mudanças Climáticas ligada ao COP 17; os ministérios ligados ao género aceitam esta premissa.
- **Janeiro 2012:** As Seychelles revê e alinha a sua política de género e plano de acção ao Protocolo do Género da SADC, e custeia a implementação.
- **Até Agosto 2012:** Sete países da SADC aceitaram alinhar as suas políticas e planos de acção do género com o Protocolo e custear a implementação. A Zâmbia e a Swazilândia começaram esses processos em Agosto de 2012.



Lançamento do Barómetro do Protocolo do Género da SADC de 2011, Agosto de 2011, África do Sul. Da esquerda: Colleen Lowe Morna, Nkosazana Dlamini Zuma, Scholastica Kimaro e Emma Kaliya.

Foto: Loga Virahsawmy

Anexo 1

O PROTOCOLO DA SADC SOBRE GÉNERO E DESENVOLVIMENTO NUM RELANCE

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES	METAS ESPECÍFICAS A SEREM ALCANÇADAS ATÉ 2015	PONTUAÇÃO REGIONAL EM DEZ			
		2009	2010	2011	2012
ARTIGOS 4-11: DIREITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
Estes estipulam que todas as Constituições na região conservem a igualdade do género e primazia a esses artigos sobre as leis costumeiras. Todas as leis que sejam discriminatórias as mulheres devem ser repelidas. Também estipulam a igualdade no acesso a justiça, casamento e direitos da família e os direitos das viúvas, mulheres idosas, raparigas, mulheres com deficiência e outros grupos socialmente excluídos.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Esforçar-se para conservar igualdade e equidade do género nas suas Constituições e garantir que esses não sejam comprometidos por nenhum articulado, leis ou práticas. ✓ Rever, emendar e ou repelir todas as leis discriminatórias. ✓ Abolir o estatuto de minoria das mulheres. 	6 6 6	0 6 6	6 6 6	6 6 6
ARTIGOS 12-13: GOVERNAÇÃO (REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO)					
Estes artigos estabelecem a representação igual das mulheres em todas as áreas de tomada de decisão, públicas e privada, e sugere que as metas sejam alcançadas através de provisões. Constitucionais e outras legislativas, incluindo a acção afirmativa. Estipula ainda que os Estados membros devem adoptar medidas legislativas específicas e outras estratégias, políticas e programas para garantir que as mulheres participam efectivamente nos processos eleitorais e na tomada de decisões, através de, entre outros, capacitação, dar apoio e estabelecer e fortalecer as estruturas para melhorar a integração do género.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Esforçar-se para garantir que 50 por cento das posições de tomada de decisão em todos os sectores públicos e privados são assumidas por mulheres, incluindo através do uso de medidas de acção afirmativa. 	5	5	5	4
ARTIGO 14: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO					
Este artigo estabelece o acesso igual a educação de qualidade e formação das mulheres e homens, bem como a sua retenção em todos os níveis de educação. Estabelece mais ainda o desafio dos estereótipos na educação e erradicação da violência baseada no género nas instituições educacionais.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprovar leis que promovam o acesso igual e a retenção no ensino primário, secundário, terciário, vocacional e não formal de acordo com o Protocolo sobre a Educação e Formação e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. ✓ Adoptar e implementar políticas e programas educacionais sensíveis ao género que abordam os estereótipos do género na educação e violência baseada no género, de entre outros. 	7 6	7 6	6 5	6 6
ARTIGOS 15-19: RECURSOS PRODUCTIVOS E EMPREGO, EMPODERAMENTO ECONÓMICO					
Este artigo estabelece a participação igual das mulheres na formulação e implementação da política económica. O artigo tem disposições e metas sobre empreendedorismo, acesso ao crédito e contactos de procurement público, bem como as condições sobre as políticas comerciais, acesso igual a propriedade, recursos e emprego.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a participação igual das mulheres e homens na formulação e implementação das políticas económicas. ✓ Realizar estudos de uso do tempo e adoptar medidas políticas para eliminar a carga dos vários papéis jogados pelas mulheres. ✓ Adoptar políticas e aprovar leis que garantam acesso igual, benefícios e oportunidades para as mulheres e homens no comércio e empreendedorismo, tomando em conta a contribuição das mulheres nos sectores formal e informal. ✓ Rever as políticas comerciais e de empreendedorismo para torná-las responsivas ao género. ✓ Com relação as provisões da acção afirmativa do Artigo 5, introduzir medidas que assegurem que as mulheres beneficiam das oportunidades económicas de maneira igual, incluindo aquelas criadas através dos processos de procurement público. ✓ Rever todas as políticas e leis que determinam o acesso, controlo e benefícios dos recursos produtivos, pelas mulheres. ✓ Rever, emendar e aprovar leis e políticas que garantam que as mulheres e homens tem acesso igual ao emprego assalariado em todos os sectores da economia. 	4 5 5 4 5 6	4 4 5 4 5 6	4 3 5 4 4 6	6 5 6 6 5 6

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES	METAS ESPECÍFICAS A SEREM ALCANÇADAS ATÉ 2015	PONTUAÇÃO REGIONAL EM DEZ			
		2009	2010	2011	2012
ARTIGOS 20-25: VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO					
<p>Este artigo estabelece as condições para a implementação de uma variedade de estratégias, incluindo a aprovação, revisão e reforma e reforço das leis, visando a eliminação de todas as formas de violência baseada no género, e tráfico.</p> <p>Existem disposições específicas para o estabelecimento de um pacote compreensivo de tratamento e serviços de cuidados para os sobreviventes da violência baseada no género, incluindo o acesso a Profilaxia Pós-Exposição e o estabelecimento de tribunais específicos para tratar desses casos. Existem disposições específicas sobre tráfico humano. Uma secção que estabelece para a monitoria e avaliação das metas estabelecidas e indicadores para a redução dos níveis da violência baseada no género pela metade até 2015.</p>	✓ Aprovar e impôr legislação que proíbe todas as formas de violência baseada no género.	6	5	6	6
	✓ Assegurar que as leis sobre violência baseada no género testagem, tratamento e cuidados compreensivos para sobreviventes de violação sexual.	6	6	6	6
	✓ Rever e reformar as suas leis criminais e procedimentos aplicáveis para casos de ofensas sexuais e violência baseada no género.	6	6	5	6
	✓ Aprovar e adotar medidas legislativas específicas para evitar o tráfico humano e fornecer serviços integrados às vítimas, com o objectivo de reintegrá-los na sociedade.	5	5	5	5
	✓ Aprovar medidas legislativas, e adotar e implementar políticas, estratégias e programas que definem e proíbem assédio sexual em todas as esferas, e fornecem medidas dissuasivas para os autores de assédio sexual.	5	5	5	6
	✓ Adotar abordagens integradas incluindo estruturas institucionais em todos os sectores, com o objectivo de reduzir a violência baseada no género pela metade até 2015.	6	6	6	6
ARTIGO 26: SAÚDE					
<p>Este artigo estabelece a adopção e implementação de políticas e programas que abordam o bem estar físico, mental, emocional e social das mulheres, com metas específicas para a redução da taxa de mortalidade materna e garantir o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade.</p>	✓ Adotar e implementar um quadro legislativo, políticas, programas e serviços para melhorar os cuidados de saúde de qualidade apropriados e acessíveis e sensíveis ao género;	6	6	6	6
	✓ Reduzir a taxa de mortalidade materna a 75%;	6	6	6	6
	✓ Desenvolver e implementar políticas e programas para abordar as necessidades mentais, sexuais e reprodutivas das mulheres e homens; e	6	6	5	6
	✓ Garantir o estabelecimento de infra-estruturas sanitárias e de higiene e necessidades nutricionais das mulheres, incluindo as mulheres na cadeia.	5	5	5	5
ARTIGO 27: HIV E SIDA					
<p>Este artigo cobre, prevenção, tratamento, cuidado e apoio em relação ao HIV e SIDA.</p>	✓ Desenvolver estratégias sensíveis ao género para prevenir novas infecções;	6	6	6	6
	✓ Garantir o acesso universal ao tratamento de HIV e SIDA para as mulheres, homes, rapazes e raparigas infectadas;	7	6	7	7
	✓ Desenvolver e implementar políticas e programas para assegurar o reconhecimento apropriado do trabalho levado a cabo pelos provedores de cuidados, cuja maioria são mulheres; a alocação de recursos e apoio psicológico para os provedores de cuidados bem como a promoção do envolvimento dos homens nos cuidados e apoio às Pessoas Vivendo com SIDA.	6	4	5	6
ARTIGO 28: CONSTRUÇÃO DA PAZ E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS					
<p>Este estabelece a representação igual das mulheres nos processos de resolução de conflitos e construção da paz, bem como a integração da perspectiva do género na resolução de conflitos na região.</p>	✓ Colocar em prática medidas para garantir que as mulheres tem a mesma representação e participação nas posições chaves de tomada de decisão nos processos de resolução de conflitos e construção de paz, de acordo com a Resolução 1324 do Conselho das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.	4,5	4	4	3
ARTIGOS 29-31: MEDIA, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO					
<p>Este artigo estabelece a integração do género em todas as políticas e leis de informação, comunicação e media. Ele requer a representação igual das mulheres em todas as áreas e em todos os níveis do trabalho dos media, e para que mulheres e homens sejam dados voz de forma igual através dos media. O Protocolo requer o aumento de programas para, por e sobre as mulheres e desafiando os estereótipos do género nos media.</p>	✓ Tomar medidas para promover a representação igual das mulheres na propriedade, e estruturas de tomada de decisão dos media, de acordo com o Artigo 12.1 que estabelece a representação igual das mulheres nas posições de tomada de decisão até 2015.	4	4	4	3

2009 Total = 154 / 280 x 100 = 55%

2010 Total = 152 / 280 x 100 = 54,3%

2011 Total = 153 / 280 x 100 = 54,6%

2012 Total = 156 / 280 x 100 = 56%

O Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento



Engloba

os compromissos feitos em todos os instrumentos regionais, continentais e globais para alcançar a igualdade de gênero.

Melhora

esses instrumentos, abordando as disparidades e estabelecendo metas específicas e mensuráveis onde elas não existam.

Avança

A igualdade de gênero assegurando a responsabilização por todos os Estados Membros da SADC, bem como fornecer uma forma para a partilha de boas práticas e apoio e revisão de pares.



Em Agosto de 2008, os Chefes de Estado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral adotaram o Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento. Isto foi na seqüência de uma campanha concertada das ONGs sobre a coordenação da Aliança do Protocolo do Gênero da África Austral.

Até a Cimeira dos Chefes de Estado da SADC de 2012, 13 países tinham assinado o Protocolo. Com o países que ratificou o Protocolo ao longo do ano passado, passam para nove os países que ratificaram este instrumento. A região atingiu a maioria de dois terços exigida para que o Protocolo entrasse em vigor. Cinco países que assinaram o Protocolo ainda não o ratificaram. Com o Protocolo agora tecnicamente em vigor, os Estados membros tem que acelerar a sua implementação. O relógio esta a marcar 2015 quando os governos tem 28 metas sobre os quais vão prestar contas. Mantendo o slogan da Aliança: A Hora e Agora! este Barômetro de 2012 fornece uma riqueza de dados atualizados em relação aos quais o progresso será medido por todos aqueles que acarinhos a democracia na região. O Índice do Gênero e Desenvolvimento da SADC (SGDI) introduzido em 2011, complementa o Cartão de Classificação do Cidadão que vem sendo usado há quatro anos para marcar a referencia do progresso. Embora existam vários desafios, o sucesso alcançado até agora fortifica a nossa visão de que a mudança e possível.

“Sim Nos Devemos!”